

DE: 23/09/2013

PÁG: 01

PREFEITURA DE PALMAS SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

DECRETO N º 577, DE 4 DE SETEMBRO DE 2013.

(Revogado pelo Decreto nº 1.239, de 29/04/2016).

Altera o Decreto 517, de 28 de junho de 2013 que dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação do termo de habite-se para localização e funcionamento de atividades, na parte que especifica, e adota outras providências.

O PREFEITO DE PALMAS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, incisos I, III e V da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

<u> Art 10 ∩</u>	caput do ar	+ 3 0 40	Decreto	517 d	78 Y	a iunha (2013	nacca
	•		Decircio	517, u	ic zo a	c jamio (uc 2010,	passa
a vigorar com a seg	uinte alteraç	ão:						

"Art. 3º Em caráter excepcional, os estabelecimentos que não possuam Termo de Habite-se compatível com suas atividades, licenciados no exercício de 2012, poderão obter autorização provisória para funcionamento, com validade máxima até 31 de janeiro de 2014, desde que a autorização seja requerida até 30 de setembro de 2013.

"(NR)

Art. 2º O art. 4º do Decreto 517, de 28 de junho de 2013, passa a vigorar acrescido de parágrafo único, com a seguinte alteração:

"∆rt /l≤	1
7 ti t. T	

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos estabelecimentos não licenciados até 31 de dezembro de 2012" (NR)

Art. 3º É acrescido o inciso III ao art. 5º do Decreto 517, de 28 de junho de 2013, com a seguinte alteração:

"	Δ	rŧ		⊏θ																																																							
_	7	ıι	. ,	5	•	• • •		• • •	• •	• •	•	•	•	• •	• •	•	 •	• •	•		•	• •	•	•	• •	•	• •	•	•	• •	•	•	• •	•	 • •		• •	• •	•	• •	• •	•	•	•	• •	•	•	 •	•	•	• • •	•	• •	• •	•	•••	 	•	•
							•				• •	•	•			•		•		•						•						•				•		• •	•				•					 	•		• •		• •	• •			 		•

III – nos locais não passíveis de emissão de Termo de Habite-se, mediante prévia e expressa informação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, quais sejam:

- a) áreas rurais;
- b) glebas urbanas sem microparcelamento aprovado;



PREFEITURA DE PALMAS SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

- c) áreas impedidas por determinação judicial, decretos e outros documentos oficiais;
- d) áreas notificadas pelo Município que aguardam decisão administrativa para regularização." (NR)

Art. 4º Ficam cancelados, a partir de 1º de outubro de 2013, os Alvarás de Localização e Funcionamento dos estabelecimentos não licenciados até 31 de dezembro de 2012, caso os mesmos não tenham apresentado o Termo de Habite-se compatível com o exercício das atividades, observadas as disposições do art. 5º deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, aos 4 dias do mês de setembro de 2013.

CARLOS ENRIQUE FRANCO AMASTHA
Prefeito de Palmas